

Relatos de experiência das ações de Extensão ou Pesquisa relacionadas ao Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos do IFPR, desenvolvidas nos projetos vinculados aos Comitês de Pesquisa e Extensão (Cope) do IFPR

# Dignidade menstrual para todas as pessoas que menstruam!

**Palavras-chave:** Pobreza Menstrual; Direitos Humanos; Saúde Pública; Dignidade.

**Angélica Antonechen Colombo**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - *Campus* Campo Largo

ORCID ID [0000-0002-6949-5385](https://orcid.org/0000-0002-6949-5385)



Entrega dos itens de higiene feminina para o Centro POP de Campo Largo. Crédito: Angélica Antonechen Colombo.

## INTRODUÇÃO

A chamada pobreza menstrual atinge cerca de 26% das adolescentes brasileiras entre 15 e 17 anos, isto significa que essas meninas não têm condições financeiras para comprar os próprios absorventes. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014, reconheceu que o direito à higiene menstrual é uma questão de saúde pública e de direitos humanos, estimando que uma em cada dez meninas perdem aulas quando estão menstruadas. O cenário de extrema pobreza no Brasil nos dá uma melhor visão sobre a acessibilidade ou a falta destes itens:

[...] cerca de 13,6 milhões de habitantes (cerca de 6,5% da população) vivem em condições de extrema pobreza, ou seja, sobrevivendo com menos de U\$1,90 por dia (o equivalente a R\$151,00 por mês, segundo cotação vigente em 2019) e cerca de 51,5 milhões de pessoas estão abaixo da linha de pobreza (1 a cada 4 brasileiros vivendo com menos de R\$436,00 ao mês) [...] (UNFPA e UNICEF, 2021, p.6).

O tabu relacionado à menstruação está profundamente ligado à misoginia presente na sociedade.

Como já dizia Simone de Beauvoir (2020), isso acontece porque o sexo biológico feminino é encarado na posição do Outro, no sentido de diferente e inferior ao universalismo androcêntrico. Há também a desinformação como elemento que compõe situações de vulnerabilidade menstrual, reforçando ainda mais o silenciamento em relação às questões que envolvem pessoas que menstruam. A pobreza menstrual como uma questão que envolve não apenas a carência pelos itens de higiene menstrual, mas a falta de dignidade, de saúde e de educação, evidencia a necessidade de implementação de políticas públicas mais abrangentes (GINDRI, 2021). Por isso, é preciso desenvolver projetos que ofereçam acesso à informação de qualidade sobre a saúde menstrual.

Dados da ONU apontam que, no mundo, uma em cada dez meninas faltam às aulas durante o período menstrual e, como uma das consequências, há restrição do desenvolvimento de potencial na vida adulta, quando a desigualdade de gênero encontra espaço para perpetuação.

Buscando mitigar possíveis situações de vulnerabilidade menstrual nos ambientes escolares, é desenvolvido, desde 2021, uma campanha de arrecadação de itens de higiene feminina e de absorventes descartáveis que são disponibilizados a todas as pessoas que menstruam no *Campus* Campo Largo e também para pessoas da comunidade local. A campanha é uma das ações desenvolvidas pelas estudantes do ensino médio integrado, bolsistas do Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (PIDH/IFPR), vinculadas ao projeto de pesquisa “A filosofia da ciência e a bioética como instrumento de crítica à história da pesquisa em saúde feminina”.

## OBJETIVOS

O presente relato de experiência tem como objetivo descrever as ações desenvolvidas por estudantes do ensino médio integrado, bolsistas do PIDH. O relato apresenta o desenvolvimento da pesquisa sobre vulnerabilidade menstrual no *Campus* Campo Largo e seus resultados.

Como objetivos específicos, foi realizado um levantamento, por meio de questionário *online* semiestruturado, para estudantes do IFPR *Campus* Campo Largo, destinado apenas para pessoas que menstruam, a fim de levantar o índice de vulnerabilidade menstrual existente no *Campus* supracitado. Além disso, também foi feito um levantamento sobre as políticas públicas para a pobreza menstrual no estado do Paraná para averiguar o alcance dessas políticas às pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade menstrual.

## MÉTODOS

Como uma das etapas do projeto “A filosofia da ciência e a bioética como instrumento de crítica à história da pesquisa em saúde feminina”, as estudantes bolsistas

desenvolveram e aplicaram um questionário *online* semiestruturado (aprovado pelo Comitê de Ética/IFPR) aos estudantes que menstruam, tanto de nível médio quanto de nível superior do IFPR *Campus* Campo Largo, entre os meses de março e maio de 2022, a fim de fazer um levantamento sobre a vulnerabilidade menstrual no *Campus* supracitado. Após esse período, realizou-se a análise dos dados, por meio da análise de conteúdo, a partir das seguintes categorias: “vulnerabilidade menstrual” e “tabus na menstruação” para saúde menstrual.

Após esse levantamento, foi proposto o desenvolvimento de um protótipo de uma máquina de fazer absorventes de baixo custo, que recebeu auxílio de três editais da instituição (PIDH, Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PIAP) e Programa Institucional ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PRADI) - Auxílio ao pesquisador). O protótipo que é desenvolvido pelas estudantes bolsistas está na terceira fase de produção. Também foi realizada uma campanha de arrecadação de itens de higiene feminina, doados a 30 mulheres que frequentam o Centro de População de Rua (POP) do município de Campo Largo.

Além disso, o projeto desenvolve uma campanha contínua de arrecadação de absorventes que são disponibilizados nos banheiros femininos do *Campus* na “Caixinha da Sororidade”, para oferecer para quem precisa os itens adequados de higiene menstrual, ambas as campanhas são organizadas pelas estudantes bolsistas participantes do projeto e recebeu doações de membros da comunidade interna e externa do *Campus*.

## RESULTADOS

No questionário sobre saúde menstrual, foram obtidas trinta e cinco respostas de sujeitos entre 14 e 55 anos ou mais. A análise dos dados está baseada na categoria de “vulnerabilidade menstrual” e “tabus na menstruação”, por serem as mais adequadas ao perfil das respostas. A partir da categoria de “vulnerabilidade menstrual”, verificou-se a necessidade de pensar o perfil de vulnerabilidade encontrado no *Campus* no qual o questionário foi aplicado. Seguida dessa pergunta, quando é questionado se em algum momento as respondentes tiveram que improvisar com algum tipo diferente de material quando estavam menstruadas, vinte e nove responderam que já improvisaram com papel higiênico. Das perguntas selecionadas, 60% disseram que já se sentiram constrangidas durante o ciclo menstrual e dessas 94,3% responderam que já deixaram de fazer alguma coisa por estarem menstruadas. Na sequência, 42,9% já faltaram às aulas durante o ciclo menstrual e 48,6% sentem vergonha de falar que estão menstruadas.

Essas informações são importantes para ilustrar como a menstruação ainda causa desconforto e pode ser considerada um tabu, já que, mesmo sendo um fenômeno natural pelo qual pessoas que menstruam passam, ainda há resistência em falar sobre o tema e se sentirem

confortáveis e seguras durante o ciclo.

No que diz respeito às políticas públicas para combater e prevenir a vulnerabilidade menstrual no Paraná, é possível citar a lei de incentivo à doação de absorventes (Lei Ordinária nº 20.717/2021), autorizando o Governo do Estado, inclusive, a receber doações dos itens de fontes variadas, como empresas, para distribuição. No texto da lei lê-se que a proposta busca “garantir saúde básica menstrual para pessoas com útero ativo”, abrangendo, por exemplo, a população transexual. Em 2022, em Curitiba, no Paraná, os vereadores aprovaram, em primeira votação, um projeto de lei (15.975/2022) de autoria da vereadora Maria Letícia, que visa promover ações educativas nas escolas municipais para conscientizar sobre a pobreza menstrual. Ainda em Curitiba, outra proposta similar do vereador Dalton Borba, tem como intuito instituir uma política pública de combate à pobreza menstrual.

A problemática da pobreza menstrual como potencializadora das desigualdades de gênero e social

envolve a falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento (UNFPA e UNICEF, 2021) para que meninas e mulheres tenham capacidade de passar pelo período menstrual, que dura em média oito dias, de forma digna.

Foi possível verificar, após o levantamento sobre vulnerabilidade menstrual no *Campus* supracitado, e com o desenvolvimento das campanhas de arrecadação de absorventes, que houve um interesse maior dos estudantes do *Campus* sobre o tema e uma preocupação entre os servidores em garantir condições adequadas para as pessoas que menstruam, além disso, a relação entre o *Campus* e a comunidade local também foi estreitada após às doações realizadas ao Centro de População de Rua (POP) do município de Campo Largo. Como continuidade das propostas aqui relatadas, as estudantes bolsistas desenvolvem materiais didáticos para trabalhar com os temas sobre vulnerabilidade menstrual e saúde feminina, como por exemplo a cartilha “Tornar-se Mulher” (Editora IFPR) e o perfil [@o\\_segundosexo](#) nas redes sociais.



“Caixinha da Sororidade” - Campanha de arrecadação de absorventes no IFPR Campus Campo Largo. Crédito: Angélica Antonechen Colombo.

*“As campanhas tiveram um grande impacto para mim sobre o ‘ser mulher’. Essa reflexão que as campanhas me proporcionaram me fizeram olhar o quão custosa é a dignidade para as pessoas que menstruam. Me permitiram abrir os olhos para uma questão de saúde pública tratada com tanto descaso. Me abriu os olhos para lutar e trazer à luz um tema tão marginalizado.”*

Júlia Vitória Bianco

Estudante do curso EMI - Automação Industrial (Campus Campo Largo) e bolsista do projeto desde 2021

#### REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; 5ª edição. 2020.

GINDRI, M. **A luta para menstruar em paz**. nov. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sextante/a-luta-para-menstruar-em-paz/>. Acesso em 23 mai. 2023.

UNFPA e UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em 23 mai. 2023.